



# Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região / Alagoas



Maceió/AL, 28 de novembro de 2018.

## RESOLUÇÃO CREF19/AL Nº 012/2018.

**Dispõe sobre os Autos de Constatação e os valores de multas por infrações devidas ao Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região – CREF19/AL, para o ano de 2019.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 19ª REGIÃO – CREF19/AL, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do Art. 40, e:

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do artigo 33 do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, que estabelece ser atribuição do CONFEF a fixação do valor das multas;

CONSIDERANDO o art. 2º da Lei nº 11.000/2004, que autoriza aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais, devidas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como as multas e os preços de serviços, relacionados com suas atribuições legais, que constituirão receitas próprias de cada Conselho;

CONSIDERANDO o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.514/2011, que autoriza aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a cobrar multas por violação da ética, que constituirão receitas próprias de cada Conselho;

CONSIDERANDO o parágrafo primeiro do artigo 1º da Resolução CONFEF nº 355/2018, de 25 de setembro de 2018, a qual dispõe sobre os valores das multas por infrações devidas aos Conselhos Regionais de Educação Física - CREFs para o ano de 2019;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário na reunião de 28 de novembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º - Fixar, para o âmbito do Estado de Alagoas, os valores de multas a serem cobradas às Pessoas Físicas e Jurídicas que infringirem os dispositivos relacionados nos Anexos I e II desta Resolução os quais serão disponibilizados, na íntegra, no sítio do CREF19/AL, além dos procedimentos que serão tomados no tocante às infrações classificadas como Constatações.

Art. 2º - Para fins de classificação das infrações, as mesmas estarão caracterizadas em:

I – Constatação: Infrações às Resoluções do CREF19/AL e do CONFEF, cuja medida legal será caracterizada pela não aplicação de multa pecuniária, e terá como medidas a Orientação para Adequação ao dispositivo legal infringido, e posterior denúncia aos órgãos de Defesa da Sociedade, tais como: Vigilância Sanitária Municipal, PROCON-Estadual e/ou PROCONs Municipais, além do Ministério Público Estadual da circunscrição judiciária competente à localidade.



# Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região / Alagoas



II – Multa: Infração às Leis Delegadas, Ordinárias e Complementares existentes, e ao Código de Ética dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 3º - As multas serão nominadas pela natureza da gravidade: leve, média, grave e gravíssima; Parágrafo Único – Os valores das multas serão estabelecidos com base nas anuidades de Pessoa Física e Jurídica fixadas através da Resolução CONFEF nº 353/2018 de 25 de setembro de 2018.

Art. 4º - O prazo para interpor recurso, apresentando impugnação escrita com as provas, fica fixado em 10 (dez) dias corridos a contar da data da lavratura do Auto de Infração.

Art. 5º - As penalidades aplicadas aos Destinatários em julgamento pela Comissão de Ética Profissional do CREF19/AL, em conformidade com o inciso I do art. 12 da Resolução CONFEF 307/2015, terão como Valor de Referência, 01 (uma) Anuidade do Sistema CONFEF/CREFs, destinadas a Pessoa Física, conforme previsão do artigo 1º desta Resolução, majorando-se em até 02(duas) anuidades, aos casos em que o Destinatário for reincidente, na forma da legislação vigente.

Art. 5º A descrição das infrações e as multas que serão aplicadas estão dispostas no anexo I e II, os quais estão disponíveis no sitio o CREF19/AL

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Carlos Eduardo Lima Rocha de Oliveira  
CREF 000745-G/AL  
Presidente

**Publicada no DOU, nº 242, na Seção 1, página 399, em 18/12/2018.**



Conselho Regional de Educação Física da  
19ª Região / Alagoas



PESSOA FÍSICA					
Nº	DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO	NATUREZA DA GRAVIDADE	CÓDIGO INFRAÇÃO	CONCEITUAÇÃO DA INFRAÇÃO	MULTA/AÇÃO
1	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM EXERCÍCIO PORTANDO A CÉDULA DE IDENTIFICAÇÃO DE OUTRA ABRANGÊNCIA.	CONSTATAÇÃO	1	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEEF 307/2015</b> ART. 6º - SÃO RESPONSABILIDADES E DEVERES DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: XXI - MANTER-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NO ESTATUTO DO CONFEEF.</li><li>• <b>ESTATUTO DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – DOU. Nº 237, Seção 1, págs. 137 a 143, 13/12/2010</b> ART. 14- O EXERCÍCIO SIMULTÂNEO DA PROFISSÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO OU PERMANENTE, EM ÁREA DE ABRANGÊNCIA DE DOIS OU MAIS CREFS OBEDECERÁ ÀS FORMALIDADES ESTABELECIDAS PELO CONFEEF.</li><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEEF 076/2004</b> ART. 1º - AS TRANSFERÊNCIAS DE REGISTRO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA OUTRO CREF OCORRERÃO EM VIRTUDE DE MUDANÇA, EM CARÁTER PERMANENTE, DO DOMICÍLIO PROFISSIONAL, MEDIANTE REQUERIMENTO. § 2º - Entende-se por mudança de domicílio profissional, em caráter permanente, a estada superior a 180 (cento e oitenta) dias em Estado diverso do da inscrição.</li><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEEF 253/2013</b> ART. 1º – REGISTRO SECUNDÁRIO É AQUELE A QUE ESTÁ OBRIGADO O PROFISSIONAL PARA EXERCER A PROFISSÃO, PERMANENTE E CUMULATIVAMENTE, NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DE OUTRO CREF, ALÉM DAQUELE EM QUE SE ACHA REGISTRADO E DOMICILIADO.</li></ul>	ENVIO DE DENÚNCIA AO CREF DE ORIGEM



# Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região / Alagoas



				ART. 10 – O PROFISSIONAL QUE EXERCER A PROFISSÃO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DE OUTRO CREF SEM O DEVIDO REGISTRO SECUNDÁRIO, FICARÁ SUJEITO AS SANÇÕES ÉTICAS, ADMINISTRATIVAS E MEDIDAS JUDICIAS CABÍVEIS.	
2	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM EXERCÍCIO, SEM PORTE DA CÉDULA DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL.	LEVE	2	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEF 307/2015</b></li></ul> ART. 6º - SÃO RESPONSABILIDADES E DEVERES DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: XXII - PORTAR E UTILIZAR A CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL - CIP COMO DOCUMENTO IDENTIFICADOR DO PLENO DIREITO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, OBSERVANDO, IMPERIOSAMENTE, O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO DOCUMENTO.	1/4 DE ANUIDADE
3	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PORTANDO CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL VENCIDA.	LEVE	4	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEF 307/2015</b></li></ul> ART. 6º - SÃO RESPONSABILIDADES E DEVERES DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: XXII - PORTAR E UTILIZAR A CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL - CIP COMO DOCUMENTO IDENTIFICADOR DO PLENO DIREITO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, OBSERVANDO, IMPERIOSAMENTE, O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO DOCUMENTO.	1/4 DE ANUIDADE
4	RESPONSÁVEL TÉCNICO QUE NÃO GARANTE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DURANTE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO	MÉDIA	5	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEF 134/2007</b></li></ul> ART. 9º - É ATRIBUIÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO GARANTIR QUE DURANTE OS HORÁRIOS DE ATENDIMENTO À CLIENTELA, ESTEJAM EM ATIVIDADES NO SERVIÇO, PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM NÚMERO COMPATÍVEL COM A NATUREZA DA ATENÇÃO À SER PRESTADA <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEF 307/2015</b></li></ul>	1/2 ANUIDADE
				ART. 5º - SÃO DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA CONFEF/CREFS E PARA O	



# Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região / Alagoas



				<p>DESEMPENHO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA:</p> <p>I - COMPROMETIMENTO COM A PRESERVAÇÃO DA SAÚDE DO INDIVÍDUO E DA COLETIVIDADE, E COM O DESENVOLVIMENTO FÍSICO, INTELECTUAL, CULTURAL E SOCIAL DO BENEFICIÁRIO DE SUA AÇÃO.</p> <p>• <b>RESOLUÇÃO CONFEF 307/2015</b> ART. 6º - SÃO RESPONSABILIDADES E DEVERES DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA:</p> <p>III - ASSEGURAR A SEUS BENEFICIÁRIOS UM SERVIÇO PROFISSIONAL SEGURO, COMPETENTE E ATUALIZADO, PRESTADO COM O MÁXIMO DE SEU CONHECIMENTO, HABILIDADE E EXPERIÊNCIA;</p>	
5	RESPONSÁVEL TÉCNICO AUSENTE DO ESTABELECIMENTO NO HORÁRIO APRESENTADO NO TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	GRAVE	6	<p>• <b>RESOLUÇÃO CONFEF 134/2017</b> ART 2º – A RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, PRÓPRIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DESEMPENHADAS EM TODOS OS SEUS GRAUS DE COMPLEXIDADE, NOS ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇO NA ÁREA DAS ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS, SÓ PODERÁ SER EXERCIDA, COM EXCLUSIVIDADE E AUTONOMIA, OBSERVADAS AS DETERMINAÇÕES DO CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, POR PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA EM QUE ESTEJA LOCALIZADA A PRESTADORA DOS SERVIÇOS.</p> <p>§ 2º - A RESPONSABILIDADE TÉCNICA SOMENTE PODERÁ SER EXERCIDA POR PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM NO MÁXIMO 02 (DOIS) ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIOS COMPATÍVEIS, DEVENDO OS CREFS MANTEREM CONTROLE PRÓPRIO, ATRAVÉS DE LIVRO, FICHA OU SISTEMA INFORMATIZADO.</p>	1 (UMA) ANUIDADE



Conselho Regional de Educação Física da  
19ª Região / Alagoas



			<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CREF19/AL 004/2017</b> ART. 12º - A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DAS PESSOAS JURÍDICAS É REGIDA SEGUNDO AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DA RESOLUÇÃO CONFEF Nº 134/2007 E RESOLUÇÃO CONFEF Nº 224/2012, OU OUTRA NORMA QUE A SUBSTITUA.  PARÁGRAFO ÚNICO – O RESPONSÁVEL TÉCNICO DEVERÁ ESTAR PRESENTE NO ESTABELECIMENTO AO QUAL RESPONDE DURANTE O HORÁRIO QUE ESTÁ ESTABELECIDO NO TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PREENCHIDO PELO MESMO, NO ATO DE REGISTRO OU RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DA PESSOA JURÍDICA.</li><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEF 307/2015</b> ART. 5º - SÃO DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA CONFEF/CREFS E PARA O DESEMPENHO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: I - COMPROMETIMENTO COM A PRESERVAÇÃO DA SAÚDE DO INDIVÍDUO E DA COLETIVIDADE, E COM O DESENVOLVIMENTO FÍSICO, INTELECTUAL, CULTURAL E SOCIAL DO BENEFICIÁRIO DE SUA AÇÃO.</li><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEF 307/2015</b> ART. 6º - SÃO RESPONSABILIDADES E DEVERES DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: III - ASSEGURAR A SEUS BENEFICIÁRIOS UM SERVIÇO PROFISSIONAL SEGURO, COMPETENTE E ATUALIZADO, PRESTADO COM O MÁXIMO DE SEU CONHECIMENTO, HABILIDADE E</li></ul>	
--	--	--	---	--



# Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região / Alagoas



				EXPERIÊNCIA;	
6	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NÃO HABILITADO AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO.	GRAVÍSSIMA	7	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEF 307/2015</b> ART. 4º - O EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA PAUTAR-SE-Á PELOS SEGUINTE PRINCÍPIOS: VIII - A ATUAÇÃO DENTRO DAS ESPECIFICIDADES DO SEU CAMPO E ÁREA DO CONHECIMENTO, NO SENTIDO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES HUMANAS, DAQUELES AOS QUAIS PRESTA SERVIÇOS.</li></ul>	2 (DUAS) ANUIDADES
7	CONIVÊNCIA COM O EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO	GRAVÍSSIMA	8	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEF 307/2015</b> ART. 7º - NO DESEMPENHO DAS SUAS FUNÇÕES É VEDADO AO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: IV – EXERCER A PROFISSÃO QUANDO IMPEDIDO, OU FACILITAR, POR QUALQUER MEIO, O SEU EXERCÍCIO POR PESSOA NÃO HABILITADA OU IMPEDIDA;</li></ul>	2 (DUAS) ANUIDADES
8	RESISTIR, EMBARAÇAR OU À FURTAR-SE À FISCALIZAÇÃO.	GRAVÍSSIMA	10	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEF 307/2015</b> ART. 9º - NO RELACIONAMENTO COM OS ÓRGÃOS E ENTIDADES REPRESENTATIVOS DA CATEGORIA E DA CLASSE, O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA OBSERVARÁ AS SEGUINTE NORMAS DE CONDUTA: IV - AUXILIAR A FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL;</li><li>• <b>DECRETO LEI 2848/40</b> ART. 329 - OPOR-SE À EXECUÇÃO DE ATO LEGAL, MEDIANTE VIOLÊNCIA OU AMEAÇA A FUNCIONÁRIO COMPETENTE PARA EXECUTÁ-LO OU A QUEM LHE ESTEJA PRESTANDO AUXÍLIO. ART. 330 – DESOBEDECER A ORDEM LEGAL DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO.</li></ul>	2 (DUAS) ANUIDADES
9	REINCIDÊNCIA DE	MÉDIA	11	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE COMETE NOVAMENTE	1/2 ANUIDADE



## Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região / Alagoas



	QUALQUER INFRAÇÃO DE NATUREZA LEVE.			UMA INFRAÇÃO CONSIDERADA LEVE.	
10	REINCIDÊNCIA DE QUALQUER INFRAÇÃO DE NATUREZA MÉDIA.	GRAVE	12	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE COMETE NOVAMENTE UMA INFRAÇÃO CONSIDERADA MÉDIA.	1 (UMA) ANUIDADE
11	REINCIDÊNCIA DE QUALQUER INFRAÇÃO DE NATUREZA GRAVE.	GRAVÍSSIMA	13	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE COMETE NOVAMENTE UMA INFRAÇÃO CONSIDERADA GRAVE.	2 (DUAS) ANUIDADES





Conselho Regional de Educação Física da  
19ª Região / Alagoas



PESSOA JURÍDICA

**AUTO DE CONSTATAÇÃO DE INFRAÇÕES DE PESSOA JURÍDICA**

Nº	INFRAÇÃO	CÓDIGO	CONCEITURAÇÃO DA INFRAÇÃO	AÇÃO APÓS CONSTATAÇÃO
1	NÃO MANTER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO O CREDENCIAMENTO DO CREF19/AL OU A CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	14	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFED 021/2000</b> ART. 3º – DEFERIDO O PEDIDO, O CREF EMITIRÁ CERTIFICADO DE REGISTRO COM VALIDADE DE ATÉ 01 (UM) ANO. PARÁGRAFO ÚNICO – O CERTIFICADO MENCIONADO NO CAPUT DESTES ARTIGOS DEVERÁ SER AFIXADO PELA PESSOA JURÍDICA EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO, DURANTE O PERÍODO DE ATIVIDADES.</li><li>• <b>RESOLUÇÃO CREF19/AL Nº 004/2017</b> ART. 6º - O DEFERIMENTO DO REGISTRO DA PESSOA JURÍDICA ENSEJARÁ A CONFECCÃO DO RESPECTIVO CERTIFICADO DE REGISTRO, QUE TERÁ VALIDADE ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DO ANO DE SUA EXPEDIÇÃO. § 3º - AS PESSOAS JURÍDICAS DEVERÃO PROVIDENCIAR UMA PASTA CONTENDO A ANAMNESE, AVALIAÇÃO FÍSICA E FUNCIONAL E FICHA DE TREINO DOS BENEFICIÁRIOS, DEVENDO ESTA PASTA FICAR EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO PARA SEUS CLIENTES E À FISCALIZAÇÃO DO CREF19/AL. O CERTIFICADO DE REGISTRO E A CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA ATUALIZADOS DEVERÃO SER FIXADOS EM LOCAL VISÍVEL E DE FÁCIL ACESSO PARA O PÚBLICO E A FISCALIZAÇÃO DO CREF19/AL.</li></ul>	ORIENTAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO
2	NÃO MANTER EM LOCAL PÚBLICO E VISÍVEL A RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUAM EM SUAS	15	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFED Nº 052/2002</b> ART. 6º - O ESTABELECIMENTO DEVERÁ MANTER EM LOCAL PÚBLICO E VISÍVEL O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E A RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE</li></ul>	ORIENTAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO



# Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região / Alagoas



	DEPENDÊNCIAS, COM O RESPECTIVO NÚMERO DE REGISTRO PROFISSIONAL, SEJAM AUTÔNOMOS OU CONTRATADOS.		EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUAM EM SUAS DEPENDÊNCIAS, COM O RESPECTIVO NÚMERO DE REGISTRO PROFISSIONAL, SEJAM AUTÔNOMOS OU CONTRATADOS.	
3	NÃO MANTER EM LOCAL PÚBLICO E VISÍVEL A RELAÇÃO COM ATIVIDADES OFERECIDAS, ASSIM COMO O RESPECTIVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.	16	<ul style="list-style-type: none"><li>· <b>RESOLUÇÃO CONFEF Nº 052/2002</b> ART. 4º - O ESTABELECIMENTO DEVERÁ MANTER EM LOCAL PÚBLICO E VISÍVEL A RELAÇÃO DAS ATIVIDADES OFERECIDAS EM SUAS INSTALAÇÕES, ASSIM COMO O RESPECTIVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.</li></ul>	ORIENTAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO
4	NÃO APRESENTAR AO CREF19/AL, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, A SUBSTITUIÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO.	17	<ul style="list-style-type: none"><li>· <b>RESOLUÇÃO CONFEF Nº 134/2007</b> ART. 4º - OS ESTABELECIMENTOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DAS ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS TERÃO, OBRIGATORIAMENTE, A ASSISTÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO, REGISTRADO NO CREF, NA FORMA DA LEI. § 4º - SOMENTE SERÁ PERMITIDO O FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS SEM A EXISTÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO, PELO PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) DIAS, PARA QUE SE PROCESSE A CONTRATAÇÃO DE SUBSTITUTO.</li></ul>	ENVIO DE DENÚNCIA PARA:  VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL; MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL; PROCON.
5	CREDENCIAMENTO DO CREF19/AL VENCIDO.	18	<ul style="list-style-type: none"><li>· <b>RESOLUÇÃO CONFEF Nº 052/2002.</b> ART. 5º - O ESTABELECIMENTO DEVERÁ MANTER EM LOCAL PÚBLICO E VISÍVEL O CERTIFICADO DE REGISTRO, EMITIDO PELO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CREF, DE SUA REGIÃO.</li><li>· <b>RESOLUÇÃO CONFEF 021/2000</b> ART. 3º - DEFERIDO O PEDIDO, O CREF EMITIRÁ CERTIFICADO DE REGISTRO COM VALIDADE DE ATÉ 01 (UM) ANO.</li></ul>	ENVIO DE DENÚNCIA PARA:  VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL; MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL;



Conselho Regional de Educação Física da  
19ª Região / Alagoas



6	NÃO REALIZAR E NÃO MANTER EM LOCAL VISÍVEL E DE FÁCIL ACESSO A ANAMNESE, AVALIAÇÃO FÍSICA E FUNCIONAL E FICHA DE TREINO DO BENEFICIÁRIO, SENDO ESTES REALIZADOS POR PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA HABILITADO AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO.	19	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CREF19/AL Nº 004/2017</b> ART. 6º - O DEFERIMENTO DO REGISTRO DA PESSOA JURÍDICA ENSEJARÁ A CONFECÇÃO DO RESPECTIVO CERTIFICADO DE REGISTRO, QUE TERÁ VALIDADE ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DO ANO DE SUA EXPEDIÇÃO. <u>§ 3º - AS PESSOAS JURÍDICAS DEVERÃO PROVIDENCIAR UMA PASTA CONTENDO A ANAMNESE, AVALIAÇÃO FÍSICA E FUNCIONAL E FICHA DE TREINO DOS BENEFICIÁRIOS, SENDO ESTES REALIZADOS POR PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA HABILITADO AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL E SEU RESPECTIVO NÚMERO DE REGISTRO NO CREF19AL. DEVENDO ESTA PASTA FICAR EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO PARA SEUS CLIENTES E À FISCALIZAÇÃO DO CREF19/AL. O CERTIFICADO DE REGISTRO E A CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA ATUALIZADOS DEVERÃO SER FIXADOS EM LOCAL VISÍVEL E DE FÁCIL ACESSO PARA O PÚBLICO E A FISCALIZAÇÃO DO CREF19/AL.</u></li></ul>	ENVIO DE DENÚNCIA PARA:  MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL; PROCON.
7	PESSOA JURÍDICA SEM RESPONSÁVEL TÉCNICO.	20	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RESOLUÇÃO CONFEF Nº 134/2007</b> ART. 4º - OS ESTABELECIMENTOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DAS ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS TERÃO, OBRIGATORIAMENTE, A ASSISTÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO, REGISTRADO NO CREF, NA FORMA DA LEI.</li><li>• <b>LEI 8078/90 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</b> ART. 4º A POLÍTICA NACIONAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO TEM POR OBJETIVO O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS CONSUMIDORES, O RESPEITO À SUA DIGNIDADE, SAÚDE E SEGURANÇA, A PROTEÇÃO DE SEUS</li></ul>	ENVIO DE DENÚNCIA PARA:  VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL; MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL; PROCON.



## Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região / Alagoas



		<p>INTERESSES ECONÔMICOS, A MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, BEM COMO A TRANSPARÊNCIA E HARMONIA DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, ATENDIDOS OS SEGUINTE PRINCÍPIOS:</p> <p>II - AÇÃO GOVERNAMENTAL NO SENTIDO DE PROTEGER EFETIVAMENTE O CONSUMIDOR:</p> <p>D) PELA GARANTIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS COM PADRÕES ADEQUADOS DE QUALIDADE, SEGURANÇA, DURABILIDADE E DESEMPENHO.</p> <p>ART. 6º SÃO DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR:</p> <p>I - A PROTEÇÃO DA VIDA, SAÚDE E SEGURANÇA CONTRA OS RISCOS PROVOCADOS POR PRÁTICAS NO FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS CONSIDERADOS PERIGOSOS OU NOCIVOS;</p> <p>ART. 14. O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA, PELA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO POR INFORMAÇÕES INSUFICIENTES OU INADEQUADAS SOBRE SUA FRUIÇÃO E RISCOS.</p>	
--	--	--	--

INFRAÇÕES PASSÍVEIS DE AUTUAÇÃO COM MULTA					
Nº	DESCRIÇÃO DA AUTUAÇÃO	NATUREZA DA GRAVIDADE	CÓDIGO	CONCEITUAÇÃO DA INFRAÇÃO	VALOR, MULTA
8	PESSOA JURÍDICA COM ESTAGIÁRIO EM SITUAÇÃO IRREGULAR	LEVE	21	<input type="checkbox"/> <b>LEI 11788/08 E RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 07/2004</b>	1/2 (MEIA) ANUIDADE
9	INSTALAÇÕES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS.	MÉDIA	22	<input type="checkbox"/> <b>RESOLUÇÃO CONFEF Nº 052/2002.</b>	1 (UMA) ANUIDADE



Conselho Regional de Educação Física da  
19ª Região / Alagoas



				<p><input type="checkbox"/> <b>LEI 8078/90 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</b> ART. 4º A POLÍTICA NACIONAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO TEM POR OBJETIVO O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS CONSUMIDORES, O RESPEITO À SUA DIGNIDADE, SAÚDE E SEGURANÇA, A PROTEÇÃO DE SEUS INTERESSES ECONÔMICOS, A MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, BEM COMO A TRANSPARÊNCIA E HARMONIA DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, ATENDIDOS OS SEGUINTE PRINCÍPIOS: II - AÇÃO GOVERNAMENTAL NO SENTIDO DE PROTEGER EFETIVAMENTE O CONSUMIDOR: D) PELA GARANTIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS COM PADRÕES ADEQUADOS DE QUALIDADE, SEGURANÇA, DURABILIDADE E DESEMPENHO. ART. 6º SÃO DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR: I - A PROTEÇÃO DA VIDA, SAÚDE E SEGURANÇA CONTRA OS RISCOS PROVOCADOS POR PRÁTICAS NO FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS CONSIDERADOS PERIGOSOS OU NOCIVOS; ART. 14. O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA, PELA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO POR INFORMAÇÕES INSUFICIENTES OU INADEQUADAS SOBRE SUA FRUIÇÃO E RISCOS.</p>	
10	EQUIPAMENTOS EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS E/OU SEM CONDIÇÕES DE	MÉDIA	23	<p><input type="checkbox"/> <b>RESOLUÇÃO CONFEF Nº 052/2002.</b> <input type="checkbox"/> <b>LEI 8078/90 – CÓDIGO DE DEFESA DO</b></p>	1 (UMA) ANUIDADE



Conselho Regional de Educação Física da  
19ª Região / Alagoas



	USO OU IRREGULARES			<b>CONSUMIDOR</b> ART. 4º A POLÍTICA NACIONAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO TEM POR OBJETIVO O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS CONSUMIDORES, O RESPEITO À SUA DIGNIDADE, SAÚDE E SEGURANÇA, A PROTEÇÃO DE SEUS INTERESSES ECONÔMICOS, A MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, BEM COMO A TRANSPARÊNCIA E HARMONIA DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, ATENDIDOS OS SEGUINTE PRINCÍPIOS: II - AÇÃO GOVERNAMENTAL NO SENTIDO DE PROTEGER EFETIVAMENTE O CONSUMIDOR: D) PELA GARANTIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS COM PADRÕES ADEQUADOS DE QUALIDADE, SEGURANÇA, DURABILIDADE E DESEMPENHO. ART. 6º SÃO DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR: I - A PROTEÇÃO DA VIDA, SAÚDE E SEGURANÇA CONTRA OS RISCOS PROVOCADOS POR PRÁTICAS NO FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS CONSIDERADOS PERIGOSOS OU NOCIVOS; RESOLUÇÃO CONFEF Nº 052/2002. ART. 14. O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA, PELA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO POR INFORMAÇÕES INSUFICIENTES OU INADEQUADAS SOBRE SUA FRUIÇÃO E RISCOS.	
11	NÃO GARANTIR DURANTE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO,	GRAVE	24	<input type="checkbox"/> <b>LEI 8078/90 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</b> ART. 4º A POLÍTICA NACIONAL DAS RELAÇÕES DE	2(DUAS) ANUIDADES



# Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região / Alagoas



	PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM COMPATIBILIDADE COM A NATUREZA DO SERVIÇO PRESTADO.			CONSUMO TEM POR OBJETIVO O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS CONSUMIDORES, O RESPEITO À SUA DIGNIDADE, SAÚDE E SEGURANÇA, A PROTEÇÃO DE SEUS INTERESSES ECONÔMICOS, A MELHORIA DA SUA QUALIDADE DE VIDA, BEM COMO A TRANSPARÊNCIA E HARMONIA DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, ATENDIDOS OS SEGUINTE PRINCÍPIOS: II - AÇÃO GOVERNAMENTAL NO SENTIDO DE PROTEGER EFETIVAMENTE O CONSUMIDOR: D) PELA GARANTIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS COM PADRÕES ADEQUADOS DE QUALIDADE, SEGURANÇA, DURABILIDADE E DESEMPENHO. ART. 6º SÃO DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR: I - A PROTEÇÃO DA VIDA, SAÚDE E SEGURANÇA CONTRA OS RISCOS PROVOCADOS POR PRÁTICAS NO FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS CONSIDERADOS PERIGOSOS OU NOCIVOS; ART. 14. O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA, PELA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO POR INFORMAÇÕES INSUFICIENTES OU INADEQUADAS SOBRE SUA FRUIÇÃO E RISCOS.	
12	EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	GRAVE	25	<input type="checkbox"/> <b>LEI 9696/98</b> ART. 1º – O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E A DESIGNAÇÃO DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA É PRERROGATIVA DOS PROFISSIONAIS REGULARMENTE REGISTRADOS NOS CONSELHOS	2 (DUAS) ANUIDADES



# Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região / Alagoas



				<p>REGIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.</p> <p>ART. 3º – COMPETE AO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COORDENAR, PLANEJAR, PROGRAMAR, SUPERVISIONAR, DINAMIZAR, DIRIGIR, ORGANIZAR, AVALIAR E EXECUTAR TRABALHOS, PROGRAMAS, PLANOS E PROJETOS, BEM COMO PRESTAR SERVIÇOS DE AUDITORIA, CONSULTORIA E ASSESSORIA, REALIZAR TREINAMENTOS ESPECIALIZADOS, PARTICIPAR DE EQUIPES MULTIDISCIPLINARES E INTERDISCIPLINARES E ELABORAR INFORMES TÉCNICOS, CIENTÍFICOS E PEDAGÓGICOS, TODOS NAS ÁREAS DE ATIVIDADES FÍSICAS E DO DESPORTO.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>DECRETO-LEI 3688/41</b></p> <p>ART. 47 - EXERCER PROFISSÃO OU ATIVIDADE ECONÔMICA OU ANUNCIAR QUE A EXERCE, SEM PREENCHER AS CONDIÇÕES A QUE POR LEI ESTÁ SUBORDINADO O SEU EXERCÍCIO</p> <p><input type="checkbox"/> <b>LEI 8078/90 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</b></p> <p>ART. 14. O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDE, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA, PELA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO POR INFORMAÇÕES INSUFICIENTES OU INADEQUADAS SOBRE SUA FRUIÇÃO E RISCOS.</p>	
13	REINCIDÊNCIA DE QUALQUER INFRAÇÃO DE NATUREZA LEVE.	MÉDIA	26	PESSOA JURÍDICA QUE COMETE NOVAMENTE UMA INFRAÇÃO CONSIDERADA LEVE.	1 (UMA) ANUIDADE





## Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região / Alagoas



14	REINCIDÊNCIA DE QUALQUER INFRAÇÃO DE NATUREZA MÉDIA.	GRAVE	27	PESSOA JURÍDICA QUE COMETE NOVAMENTE UMA INFRAÇÃO CONSIDERADA MÉDIA.	2 (DUAS) ANUIDADE
15	REINCIDÊNCIA DE QUALQUER INFRAÇÃO DE NATUREZA GRAVE.	GRAVÍSSIMA	28	PESSOA JURÍDICA QUE COMETE NOVAMENTE UMA INFRAÇÃO CONSIDERADA GRAVE.	3 (TRÊS) ANUIDADES